**EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019
REGISTRO DE PREÇOS
Tipo Menor Preço**

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado do Rio Grande do Norte – FECOMÉRCIO/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.417.107/0001-41, o Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SESC-AR/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.591.097/0001-42, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SENAC-AR/RN, inscrito no CNPJ/MF 03.640.285/0001-13, por meio deste último, torna público aos interessados que estará reunido no dia, hora e local abaixo discriminados, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 001/2019, do tipo **MENOR PREÇO**, regido pela Resolução SESC nº 1.252, de 6/6/2012, publicada no D.O.U. de 26/7/2012, Resolução SENAC nº 958/2012, de 18/9/2012, publicada no D.O.U. de 26/9/12, pela legislação correlata e disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

Site para consulta: www.rn.senac.br

Os envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à Comissão de Licitação, reunida em sessão pública no local, data e horário abaixo definidos:

LOCAL DA ABERTURA: Sede do SENAC/RN, localizada na Rua São Tomé, 444, Cidade Alta, Natal/RN, CEP: 59025-030.

DATA DA ABERTURA: 14 DE JUNHO DE 2019 ÀS 9 HORAS E 00 MINUTOS.

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão de revistas com ações institucionais das Entidades, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O Sistema de Registro de Preços tem como objetivo manter o registro de propostas vantajosas para atendimento das necessidades das Entidades.

1.3 As Entidades não se obrigam a adquirir dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a aquisição de um ou mais itens, hipóteses em que, em igualdade de condições, será assegurado ao beneficiário do registro a preferência.

2. VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

2.1 O valor máximo para a contratação do objeto desta licitação é de **R\$ 154.560,00 (cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais)**.

3. ESCLARECIMENTOS E AVISOS AO EDITAL.

3.1 Até o **3º (terceiro) dia útil** anterior à data fixada para recebimento das propostas (considerando-se horas e dias úteis das 08hs às 17hs, de segunda-feira a sexta-feira), qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao presente pregão através de correspondência endereçada à Comissão de Licitação ou via e-mail.

3.2 Os pedidos de esclarecimento referentes ao presente procedimento deverão ser enviados por escrito: via e-mail: cpl@rn.senac.br, correios ou entregues pessoalmente à Comissão de Licitação, localizada na Administração Regional do Senac-AR/RN, na Rua São Tomé, 444, Cidade Alta, CEP 59025-030, Natal/RN.

3.3 Caberá à Comissão de Licitação, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração deste Edital e pela área técnica, decidir sobre o requerimento no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados de seu protocolo e recebimento (considerando-se horas e dias úteis das 08hs às 17hs, de segunda-feira a sexta-feira).

3.4 Acolhido o requerimento contra o ato convocatório, constatando-se que as alterações afetarão a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, mediante comunicação no site <http://www.rn.senac.br/licitacoes>.

3.5 Não sendo formulados esclarecimentos e/ou informações até a data estabelecida para o recebimento e abertura dos envelopes, pressupõe-se que todos os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a perfeita apresentação da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação, não cabendo, portanto, às licitantes, o direito de qualquer reclamação posterior, tal como alegação de desconhecimento e/ou dúvida sobre detalhamentos do objeto licitado, implicando na plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

3.6 As questões formuladas, bem como seus esclarecimentos, passarão a integrar o presente Edital, independentemente de sua transcrição. Requerimentos apresentados fora do prazo serão desconsiderados.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

4.1 A presente licitação será regida pela Resolução SESC nº 1.252/2012 e Resolução SENAC nº 958/2012, disponível para consulta em <https://www.sescrn.com.br/licitacoes> e http://www.rn.senac.br/uploads/licitacao/Resolucao_Senac_9582012.pdf, respectivamente.

4.2 Poderão participar deste certame todas as pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade guarde pertinência e compatibilidade com o objeto da licitação e que atendam a todas as exigências deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

4.3 Não poderão concorrer neste certame:

4.3.1 Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.3.2 Pessoas físicas ou jurídicas que estejam suspensas de participar em licitação realizada pelo SESC-AR/RN e/ou SENAC-AR/RN ou outras Entidades dos Serviços Sociais Autônomos;

4.3.3 Pessoas físicas ou jurídicas que estejam inidôneas perante a Administração Pública;

4.3.4 Pessoas jurídicas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

4.3.5 Pessoas jurídicas que tenham sócios, gerentes ou administradores que sejam empregados ou dirigentes da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e/ou SENAC-AR/RN;

4.3.6 Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando, independentemente do percentual de participação no capital social.

4.4 Caso a empresa licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e se verifique em face da presente licitação a ocorrência de condições impeditivas e/ou vedações para o seu enquadramento como tal, em especial os previstos nos artigos 17 e §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a mesma deverá considerar em sua proposta as condições tributárias oriundas de seu desenquadramento com vistas à celebração da futura Ata.

4.5 Serão aplicadas uma das sanções previstas neste Edital e seus anexos à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte que utilizar (em) falsamente do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, tanto na licitação como na execução da Ata, sem prejuízo do encaminhamento de representação ao Ministério Público para apuração de eventual prática de crime.

4.6 As Instituições FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN não tem interesse em inabilitar qualquer licitante. As exigências constantes neste Edital, por se tratarem de um procedimento vinculado, decorrem das normas regulamentares que tem como objetivo a contratação mais vantajosa de forma a zelar pelos princípios da isonomia e publicidade.

5. ENTREGA DOS ENVELOPES.

5.1 Os envelopes “Proposta” e “Documentação” deverão ser entregues no local definido no preâmbulo deste Edital, até a data e o horário estabelecidos, quando então encerrar-se-á a fase de recebimento dos envelopes.

5.2 Será permitido o encaminhamento dos envelopes por via postal, desde que respeitados o recebimento no local, a data e a horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

5.3 Os envelopes deverão ser separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ do licitante, os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;">PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1</p> <p style="text-align: center;"><u>PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019</u></p> <p style="text-align: center;">SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL</p> <p style="text-align: center;"><u>À COMISSÃO DE LICITAÇÃO</u></p> <p style="text-align: center;">RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE, E-MAIL E O RESPECTIVO CNPJ.</p>

DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 2
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE, E-MAIL E O RESPECTIVO CNPJ.

6. CREDENCIAMENTO.

6.1 A sessão pública, que terá início na hora, data e local definidos no Edital, será iniciada com o credenciamento dos participantes, que deverão apresentar a documentação solicitada.

6.2 As empresas interessadas em participar do certame deverão estar representadas por credenciados com poderes específicos para a prática de todos os atos inerentes ao certame.

6.3 Para o credenciamento, **devem ser entregues os seguintes documentos:**

6.3.1 **Tratando-se de representante legal da empresa**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrados na junta comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no cartório de registro civil de pessoas jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, **os quais deverão estar autenticados**;

6.3.2 **Tratando-se de procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, firmar declarações, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, conforme modelo de credenciamento (**Anexo III**), **acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no item anterior, que comprove os poderes do mandatário para a outorga, em original ou devidamente autenticada.**

6.3.3 O representante legal da empresa e/ou o procurador deverão identificar-se, **exibindo** documento oficial que contenha foto.

6.4 Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada.

6.5 A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento acarretará o não reconhecimento do representante da licitante, ficando o mesmo impedido de atuar nos procedimentos do presente certame, embora não seja negado à empresa o direito de participar da licitação.

6.6 As **microempresas ou empresas de pequeno porte** que se encontrarem nas condições de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar a Declaração constante do **Anexo V, Documento 4**, juntamente com os documentos relativos ao credenciamento.

6.7 Na ausência da Declaração e para fins de comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, será aceito o documento de constituição da empresa quando o mesmo informar a referida condição ou, ainda, declaração preenchida de próprio punho, elaborada e assinada pelo representante legal ou o procurador presente na sessão.

7. SESSÃO DE ABERTURA.

7.1 Encerrada a fase de credenciamento, será iniciada a entrega dos envelopes contendo propostas comerciais, documentos de habilitação, que estarão fechados e separados, conforme especificações contidas neste instrumento.

7.2 Caso algum licitante, por qualquer motivo, esteja impossibilitado de fazer a entrega presencial dos envelopes através de seus empregados ou representante credenciado ou por meio de mensageiro, poderá fazê-la via Correios, com registro, devendo, nesta situação, chegarem ao destino até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital.

7.3 A Comissão de Licitação não se responsabiliza por envelopes que não constem o endereçamento correto e que, por isso, sejam destinados e/ou entregues em outros setores, mesmo que no SENAC – AR/RN, bem como pelos que chegam após a data e hora de abertura do certame.

7.4 Aberto o primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.5 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO em um único momento, em face do exame das Propostas de Preço apresentadas com os requisitos do ato convocatório, os envelopes não abertos ficarão em poder da Comissão de Licitação até a data e horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS: ENVELOPE 01.

8.1 Na presença dos proponentes presentes serão abertas e examinadas as propostas de preços.

8.2 A proposta de preços (**Anexo II**) deverá ser apresentada impressa, **em 2 (duas) vias**, em língua portuguesa, em papel timbrado da empresa, sem rasuras e entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo titular da licitante ou por seu representante legalmente habilitado. A Proposta deverá conter:

8.2.1 A razão social do Proponente, endereço completo, telefone, CNPJ e “*e-mail*” e, deverá ainda, fazer menção do número do certame;

8.2.2 Discriminação clara dos serviços, quantidade, indicação do **valor unitário, valor total estimado para o pedido mínimo e valor total estimado total da contratação**, em reais, expressos em algarismo, sem dupla alternativa ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sendo que os mesmos não poderão ultrapassar os valores máximos, unitários e totais, de referência estabelecidos neste Edital, sob pena de desclassificação.

8.2.3 Em caso de divergência entre os preços mensal unitário e mensal total será considerado o primeiro.

8.2.4 Indicação do **prazo de validade da proposta** não inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data da abertura do envelope de proposta.

8.3 Na proposta de preço apresentada deverão estar embutidos todos os custos administrativos, impostos e demais despesas diretas e indiretas resultantes da execução do objeto, inclusive quanto à incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, tributária, fiscal e previdenciária, e, ainda, custos referentes à implantação, tais como: impressão de cartões, seguro, alimentação e hospedagem, se for o caso.

8.4 A apresentação de proposta será considerada como evidência de que o Licitante:

8.4.1 Examinou e tem pleno conhecimento do presente Edital e dos seus anexos, inclusive quanto às descrições e observações constantes no Termo de Referência;

8.4.2 Aceita as cláusulas e condições deste Edital, eventuais aditamentos e esclarecimentos complementares;

8.4.3 Tem condições e compromete-se a prestar o serviço pelo valor, prazos e especificações constantes da proposta de preço.

9. HABILITAÇÃO: ENVELOPE 02.

9.1 O envelope destinado à Habilitação deverá conter:

9.1.1 Habilitação Jurídica:

9.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor devidamente registrado (cuja atividade da empresa seja compatível com o que é exigido no objeto licitado) ou contrato social consolidado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de eleição de seus administradores. **Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;**

9.1.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.1.2.1 Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.1.2.2 Certificado de Regularidade de Situação – CRS para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.1.2.3 Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, sendo:

a) Fazenda Federal – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal do Brasil – RFB (ou Certidão Unificada, conforme Portaria MF 358, de 02/10/2014);

b) Fazenda Estadual – Certidão de Regularidade de Débito de Tributos Estaduais, do Estado onde o licitante mantém sua sede, podendo ser apresentados certidões que tenham sido expedidas de forma genérica, abarcando todos os tributos, ou ainda de forma específica desde que seja contemplado o referido tributo;

c) Fazenda Municipal – Certidão de Regularidade de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante que comprove a inexistência de débito com ISSQN, podendo ser apresentadas certidões que tenham sido expedidas de forma genérica, abarcando todos os tributos, ou ainda de forma específica desde que seja contemplado o referido tributo.

9.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.3 **Qualificação Econômica – Financeira:**

9.1.3.1 **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, compreendendo o período de pesquisa dos últimos 02 (dois) anos.

9.1.4 **Qualificação Técnica:**

9.1.4.1 No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre o fornecimento satisfatório de material similar e compatível com o objeto deste certame, conforme modelo do **Anexo V, Documento 5**.

9.1.5 **Outros Documentos Necessários à Habilitação:**

9.1.5.1 **Declaração de menores**, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz), conforme modelo **Anexo V, Documento 1**;

9.1.5.2 Declaração de inexistência de fato impeditivo de participação, nos termos do **Anexo V, Documento 2**;

9.1.5.3 Declaração de Sustentabilidade, nos termos do **Anexo V, Documento 3**.

9.2 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar:

9.2.1 Em nome do **licitante** e, conforme o caso, com o número do CNPJ da pessoa jurídica ou outro número de registro público oficial:

9.2.1.1 Se o **licitante** for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,

9.2.1.2 Se o **licitante** for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.2.1.3 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz.

9.3 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Documentação”, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou, ainda, os apresentarem com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior, com exceção dos documentos que por sua natureza declaratória puderem ser firmados na própria sessão por representante legal da licitante, com poderes pré-estabelecidos.

9.4 As microempresas ou empresas de pequeno porte por ocasião da participação em certames licitatórios deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

9.5 No que tange à disposição do item anterior, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Senac, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6 A não regularização da documentação a que se refere o **item 9.5** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

10. PROCEDIMENTO DO PREGÃO.

10.1 Em dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes das empresas interessadas, a Comissão de Licitação receberá os envelopes referentes às propostas de preços e aos documentos de habilitação das licitantes concorrentes, bem como a prova da representação do proponente ou instrumento de procuração que autorize seu preposto a participar do pregão com poderes para negociação.

10.2 A Comissão de Licitação verificará os documentos relativos ao credenciamento dos representantes legais das licitantes. Após exame e rubrica da documentação, disponibilizará aos presentes para que façam o mesmo, registrando-se em ata as anotações solicitadas.

10.3 Após o anúncio dos nomes das licitantes participantes do certame, a Comissão realizará a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços escritas, passando a fazer sua análise e posterior julgamento, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão.

10.4 Será verificado, nas propostas, o atendimento das condições definidas neste Edital, sendo desclassificadas pela Comissão de Licitação aquelas que não obedecerem ao presente Instrumento Convocatório.

10.5 As propostas que não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas **desclassificadas do Certame**.

10.6 Da desclassificação das propostas de preço, somente caberá pedido de reconsideração à Comissão de Licitação com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferido.

10.7 A Comissão de Licitação analisará e decidirá de imediato o recurso de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

10.8 Da decisão da Comissão de Licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

10.9 Será **classificada** para a fase de lances verbais a proposta escrita de menor preço e aquelas que não excedam a **15% (quinze por cento)** de seu valor.

10.10 Quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas de preços nas condições do subitem acima, serão classificadas, sempre que atendam as condições definidas neste Edital, a proposta de menor preço e as duas melhores propostas de preço subsequentes, para participação na etapa de lances verbais.

10.11 O valor da disputa para a fase de lances verbais será representado pelo menor preço da proposta (MENOR PREÇO).

10.12 Com fulcro no Capítulo III, art. 5º, inciso V, §2º, II da Resolução SESC nº 1.252/2012 e Resolução SENAC nº 958/2012, a classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabiliza a realização da fase de lances verbais. No mesmo sentido, a validade do Pregão não será comprometida se for inviabilizada a fase de lances em virtude da apresentação e/ou classificação de apenas uma proposta escrita.

10.13 Em continuação, o Pregoeiro dará início à fase de lances verbais, quando na oportunidade fará uma rodada de lances convidando o representante da licitante que ofereceu a proposta escrita de MAIOR PREÇO, a fazer o seu lance e, em seguida, os representantes das demais empresas selecionadas na ordem decrescente de preço, e assim sucessivamente até que se obtenha a proposta de MENOR PREÇO.

10.14 **Só serão aceitos lances inferiores ao último menor PREÇO obtido.**

10.15 O licitante que não apresentar lance em uma rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra, desde que não tenha expressamente declarado que encerrou seus lances.

10.16 Em não havendo mais lances em uma rodada completa, o Pregoeiro encerrará a etapa competitiva e ordenará os lances em ordem crescente de preço.

10.17 Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase.

10.18 ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam em até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada por empate ficto, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações.

10.19 Ocorrendo o empate ficto, será adotado o seguinte procedimento:

10.19.1 O Pregoeiro fará uma ordem classificatória dos lances das licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte com direito de preferência e dentro da margem dos 5% (cinco por cento) e, outra ordem classificatória com os lances das demais licitantes que não se enquadrem nessa situação.

10.19.2 Logo após, será concedida à microempresa ou empresa de pequeno porte com direito de preferência mais bem classificada e dentro do empate ficto, a possibilidade de ofertar um lance inferior àquela de menor preço.

10.19.3 No caso de empate dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate ficto, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar proposta melhor;

10.19.4 Não sendo habilitada a microempresa ou empresa de pequeno porte beneficiada pela regra do empate ficto, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.19.5 Na hipótese de empate ficto, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada para apresentar nova proposta terá prazo máximo de 05 (cinco) minutos para fazê-lo, sob pena de preclusão;

10.19.6 Os dispositivos legais atinentes ao empate ficto somente serão aplicáveis quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.20 Em todos os casos, é facultado ao Pregoeiro negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta ou lance de menor valor.

10.21 A Comissão de Licitação poderá solicitar à(s) licitante(s) detentora(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s) no prazo estabelecido em Edital, contado da solicitação feita pelo SENAC-AR/RN ou da intimação na própria sessão, a apresentação de amostra(s) do(s) respectivo(s) item (ns) ou Lote(s), devendo seguir a orientação contida no item 17 – Solicitação de amostras.

10.22 Finalizadas as fases de NEGOCIAÇÃO, se houver, ACEITAÇÃO DOS VALORES (propostas escritas e lances verbais), ANÁLISE E APROVAÇÃO DE AMOSTRA (S), caso tenha (m) sido solicitada (s) e, CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS, proceder-se-á a abertura do Envelope 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da (s) licitante(s) mais bem classificada(s), observando o subitem 7.5 do Edital. Os documentos ali contidos serão examinados e rubricados pelos participantes presentes e pela Comissão de Licitação.

10.23 A Comissão de Licitação após abertura, exame da documentação e registro em Ata, poderá, se assim achar necessário, suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, procedendo às diligências que achar necessárias.

10.24 Caso a Comissão de Licitação verifique o não cumprimento dos requisitos de habilitação da licitante mais bem classificada, proceder-se-á da forma descrita a partir do subitem 10.20 em diante. Após, será aberto o envelope de habilitação da licitante que ofertou a melhor proposta e assim sucessivamente até que o seguinte classificado preencha as condições de habilitação exigidas.

10.25 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentação", ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou, ainda, os apresentarem com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior, com exceção dos documentos que por sua natureza declaratória puderem ser firmados na própria sessão por representante legal da Licitante, com poderes pré-estabelecidos.

10.26 Atestando-se o cumprimento dos requisitos de habilitação pela empresa mais bem classificada, a Comissão de Licitação declarar-lhe-á vencedora do presente certame, circunstanciando em ata todos os atos realizados na sessão, onde fará constar a assinatura dos presentes, notificando os licitantes ausentes acerca do resultado, após a adjudicação e homologação.

10.27 Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11. CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

11.1 A proposta deverá atender plenamente ao exigido neste Edital, sob pena de desclassificação.

11.2 O critério de julgamento adotado nesta licitação será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observadas as especificações constantes no presente Edital e seus anexos, bem como as demais disposições normativas vigentes.

11.3 O julgamento das propostas de preços será feito pela Comissão de Licitação, que poderá ser assessorada por profissionais do quadro do Senac ou externos, conforme necessidade.

11.4 Será vencedora desta licitação a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO, observando-se os preços máximos de referência unitários e totais** constantes do presente Edital (Anexo I), sob pena de desclassificação.

11.5 Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas durante a análise da aceitação das propostas, a Comissão poderá determinar as proponentes, mediante diligência, a promoção de ajustes para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, **desde que não haja majoração do preço proposto**.

11.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo a Comissão de Licitação questionar junto a proponente e requerer a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, prorrogáveis por mais 48 (quarenta e oito) horas, se necessário.

11.7 Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os valores dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se

referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

12. RECURSOS.

12.1 Da decisão que declarar o licitante vencedor caberá recurso fundamentado, escrito, **no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis**, contados da data de disponibilização da decisão no site do Senac ou da intimação feita na própria sessão pública, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, ficando as demais participantes intimadas desde logo para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 Caberá à Comissão de Licitação receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra suas decisões e encaminhá-los à autoridade competente, para decisão final sobre os mesmos.

12.3 Interpostos recursos, o processo licitatório será suspenso para o devido julgamento a ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição, pela autoridade competente, e o resultado será divulgado a todos os participantes, por correspondência, e-mail ou outro meio disponível.

12.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

13.1 Inexistindo manifestação recursal, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e, em seguida, homologará os procedimentos do resultado do Certame.

13.2 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.3 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, **90 (noventa) dias** e caso persista o interesse dos Contratantes, poderá ser solicitada a prorrogação geral da validade referida a todos os **licitantes**, por igual prazo, no mínimo.

14. DOS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Após a homologação deste procedimento, a Comissão de Licitação convocará oficialmente o licitante vencedor, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a respectiva Ata de Registro de Preços. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. O licitante vencedor não poderá desistir da assinatura da Ata, sob pena de aplicação das sanções legais previstas neste instrumento convocatório.

14.2 Será assinado uma única Ata de Registro de Preços para as três Entidades.

14.3 Quando o licitante convocado não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidos, o Senac poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou poderá revogar este certame, independentemente da cominação prevista no item 15.

14.4 O Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos, precedido de concorrência ou pregão, adotado para cadastrar o menor preço formal obtido para determinado bem ou serviços, para contratações futuras, viabilizando a possibilidade de sua aquisição direta na medida das necessidades, sem que esse registro importe em direito subjetivo a contratação de quem ofertou o preço registrado, conforme artigo 4º, inciso VII da Resolução Sesc nº 1252/2012 e Resolução Senac nº 958/2012.

14.5 A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação.

14.6 O SENAC-AR/RN é responsável pela condução dos procedimentos do presente certame e gerenciamento da Ata de Registro de Preços

14.7 A existência de Registro de Preços não obriga a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN ou o SENAC-AR/RN a efetuar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe, ainda, facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação pertinente.

14.8 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN.

14.9 Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, a licitante que tiver seu preço registrado ficará obrigada ao fornecimento dos itens.

14.10 A Ata de Registro de Preço assinada pela licitante homologada é válida por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

14.11 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir as condições estabelecidas, ficando sujeita às penalidades caso as descumpra.

14.12 Se o vencedor retirar sua proposta e/ou não cumprir as obrigações contraídas, ficará passível às penalidades cabíveis, inclusive a suspensão de licitar por até 2 (dois) anos e serão convocadas as licitantes remanescentes na ordem de classificação.

14.13 O registro de preço perderá sua eficácia quando atingido o termo da vigência, exaurir o objeto registrado ou não for mais vantajosa a sua aquisição.

14.14 Durante a vigência da Ata de Registro Preço, a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN ou o SENAC-AR/RN poderão realizar uma pesquisa de mercado para averiguar se o preço continua vantajoso.

14.15 O registro de preço não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

14.16 Devido à peculiaridade da contratação, em observância aos princípios da economicidade, a aquisição dos produtos será fracionada em relação ao montante registrado, isto é, na medida da necessidade da entidade.

14.17 Finalizada a fase de lances, as licitantes das propostas remanescentes, poderão aderir à proposta mais vantajosa por meio de solicitação formal no próprio certame, sendo registrada em ata.

14.18 As licitantes que aderirem ao menor preço, serão convocadas a assinar a ata de registro de preço, se submetendo a todas as disposições deste instrumento convocatório.

14.19 A licitante deixará de ter o seu preço registrado quando descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado, não aceitar reduzir o preço registrado quando se tornar superior ao praticado pelo mercado, ou quando, justificadamente, não for mais do interesse da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN.

14.20 A licitante que assinar a Ata de Registro de Preço deverá manter na fase contratual as mesmas condições dos documentos de habilitação da fase licitatória, sob pena de sobrestar a contratação.

14.21 Os registrados são obrigados a guardar, assim na conclusão da Ata de Registro de Preços, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1 Das sanções relativas à Licitação:

15.1.1 As licitantes que desatenderem quaisquer exigências do Edital e seus Anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), estarão sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital, conforme abaixo:

15.1.1.1 Multa compensatória, cuja base de cálculo será o valor estimado desta licitação; e,

15.1.1.2 Suspensão do direito de licitar ou contratar com a FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme detalhamento abaixo:

GRAU	MULTA	SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM O SENAC
	COMPENSATÓRIA	PRAZO
1	De 0,05% a 0,2% por ocorrência, sobre o valor estimado da licitação	Mínimo: 1 mês Máximo: 1 ano
2	De 0,3% a 0,6% por ocorrência, sobre o valor estimado da licitação	Mínimo: 1 mês Máximo: 1 ano
3	De 0,7% a 0,9% por ocorrência, sobre o valor estimado da licitação	Mínimo: 6 meses Máximo: 2 anos
4	De 1% a 2% por ocorrência, sobre o valor estimado da licitação	Mínimo: 6 meses Máximo: 2 anos

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Deixar de entregar a documentação exigida na licitação no prazo estipulado.	1
2	Cometer atos protelatórios, durante os procedimentos licitatórios, com intuito de adiamento dos prazos da licitação.	1
3	Interpor recursos sem motivação fundamentada, ou com motivação descabida, ou com motivação genérica, prejudicando a condução da licitação.	1
4	Não assinar o contrato no prazo de convocação, durante a vigência de sua proposta, sem justificativa aceita pela FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN	2
5	Apresentar documentação falsa.	2
6	Fazer declaração falsa ou omitir informações.	3
7	Cometer fraude fiscal.	3
8	Não manter a proposta durante o prazo de validade da mesma.	4
9	Comporta-se de modo inidôneo ou cometer mais de uma das faltas previstas nos subitens anteriores.	4

15.1.2 O valor das multas aplicadas deverá ser depositado **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação, conforme orientações fornecidas na mesma. **Se o valor da multa não for depositado, será cobrado administrativamente ou judicialmente.**

15.1.3As sanções previstas nas alíneas 15.1.1.1 e 15.1.1.2 poderão ser aplicadas cumulativamente.

15.1.4No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

15.1.5A apresentação de defesa dentro do prazo estipulado terá efeito suspensivo quanto ao pagamento das sanções de multa, que só será realizado após a análise do mesmo.

1.1 A aplicação das penalidades previstas neste instrumento é de competência do Presidente da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN.

16. SUBCONTRATAÇÃO.

16.1 Não será permitida a subcontratação do objeto da presente Licitação.

17. AMOSTRAS.

17.1 A empresa melhor classificada, na fase de lances, deverá enviar amostra (s) de produtos similares ao licitado, caso solicitado pela Comissão de Licitação, conforme especificações constantes deste instrumento convocatório e seus anexos, produzidos anteriormente, para avaliação da qualidade e/ou no caso de informações adicionais e quaisquer outros elementos elucidativos, referentes aos produtos cotados.

17.2 A análise da amostra objetiva a verificação da conformidade de acordo com as especificações técnicas e físicas exigidas, quais sejam: que serão o tipo do papel, acabamento e a cor na impressão.

17.3 A amostra solicitada deverá ser entregue no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da solicitação pela Comissão de Licitação, no local designado pela Instituição, nela contida a identificação da empresa e da licitação a que se refere.

17.4 Será considerada aprovada a amostra que atender aos critérios técnicos especificados no descritivo deste instrumento.

17.5 Será desclassificada a proposta que tiver amostra reprovada pela área técnica, mediante parecer justificativo. Igualmente, será desclassificada a proposta que não entregar a amostra no prazo estabelecido.

17.6 Caso a amostra da licitante mais bem classificada não seja aprovada, serão convocadas, por ordem de classificação, as demais participantes do processo licitatório.

17.7 As amostras serão devolvidas às licitantes somente após a homologação do resultado da licitação e deverão ser retiradas no prazo de 10 (dez) dias úteis. As amostras não retiradas dentro deste prazo serão consideradas abandonadas, cabendo a Comissão de Licitação dar-lhes a destinação adequada.

17.8 O ato de apresentação e retirada das amostras solicitadas não implicará em ônus para as Entidades, cabendo exclusivamente à licitante arcar com os custos pelo envio e devolução das mesmas.

17.9 As amostras dos produtos colocados à disposição das Entidades serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas e/ou utilizadas, bem como submetidas aos testes necessários pela equipe técnica responsável pela análise, e não poderão ser consideradas como parte integrante de futuras entregas solicitadas.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS.

18.1 O Presidente da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2 Caso entenda necessário, as Entidades poderão, a qualquer momento da vigência da Ata de Registro de Preços, realizar visitas técnicas ao estabelecimento do licitante vencedora.

18.3 A anulação da Licitação induz à da Ata.

18.4 Havendo vício de legalidade no procedimento licitatório, a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e o SENAC-AR/RN deverão, de ofício, anular a licitação, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, não ensejando qualquer dever de indenizar por parte das Entidades.

18.5 É facultado à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documento que deveria constar originariamente da proposta.

18.6 Os documentos retirados da *internet* poderão ter sua validade verificada, ficando estabelecido que, havendo discordância entre o apresentado e a verificação na *internet*, prevalecerá o que for retirado da *internet* na hora do certame.

18.7 Os documentos necessários ao credenciamento e à habilitação deverão ser apresentados em original, autenticados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou mediante publicação em órgão da imprensa oficial ou outro órgão competente, bem como por conferência feita por membro da Comissão ou Equipe de Apoio.

18.8 A Comissão de Licitação reserva-se ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

18.9 A Comissão de Licitação poderá promover a conferência de cópias com os originais dos documentos de habilitação, dando-lhes autenticidade, e, para tanto, o interessado deverá se dirigir ao prédio da Unidade Senac Centro, localizado na Rua São Tomé, 444, Sala 405-A, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-030, no horário das 08h às 11h e das 13h às 16h, onde deverá apresentar as cópias dos documentos acompanhados de seus respectivos originais ou cópias autenticadas em cartório, exceto na data marcada para a sessão.

18.10 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos com a apresentação da proposta, para efeito de julgamento deste certame.

18.11 Este certame poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência dos Licitadores.

18.12 As decisões relativas a este instrumento convocatório serão divulgadas no site do Senac (www.rn.senac.br), onde os interessados deverão fazer o devido cadastro e efetuar o *login* no endereço: www.rn.senac.br/licitacoes.

18.13 A Comissão de Licitação poderá, subsidiariamente, encaminhar as cópias das decisões/atas de forma eletrônica/digitalizadas aos e-mails indicados nos documentos apresentados pelas licitantes.

18.14 A Comissão de Licitação não se responsabiliza por e-mails que não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador do SENAC-AR/RN e/ou do emissor.

18.15 A critério da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 8 (oito) dias corridos para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas que obedeçam aos ditames deste Edital e seus anexos.

19. ANEXOS.

19.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Termo de Referência – Anexo I.
- Modelo de Apresentação da Proposta de Preços – Anexo II.

- Modelo de Credenciamento – Anexo III.
- Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo IV.
- Modelo de Outros Documentos – Anexo V.

20. FORO.

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Natal, RN, 06 de junho de 2019.

GILBERTO DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO/RN E DOS CONSELHOS REGIONAIS DO SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN, EM SUBSTITUIÇÃO

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

1. OBJETO.

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços gráficos para impressão de revistas com ações institucionais das Entidades, conforme especificações e quantitativos descritos neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1 A presente contratação se justifica pela necessidade de divulgar as ações do Serviço Social do Comércio (SESC/RN), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RN) e Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (FECOMÉRCIO), através de uma revista, impressa trimestralmente.

2.2 A contratação possui natureza estratégica e de fundamental importância à divulgação institucional das ações da FECOMÉRCIO/RN, SESC/RN e SENAC/RN.

2.3 O objetivo principal da FECOMÉRCIO/RN, SESC/RN E SENAC/RN elaborando apenas uma licitação é disseminar e fortalecer a marca das Entidades como elemento propulsor do desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Norte, comunicando a toda a sociedade e em especial aos públicos estratégicos a transformação ocorrida no Estado resultante das ações FECOMÉRCIO/RN, SESC/RN E SENAC/RN, configurando-se como uma ferramenta fundamental de divulgação institucional e fortalecimento da marca, diante dos desafios apresentados.

2.4 A contratação ora pretendida atende aos princípios da eficiência e economicidade (ao se considerar, com o planejamento conjunto, a ocorrência de menor dispêndio em publicação de editais, menos funcionários executando trabalhos administrativos de execução da licitação, etc.), pois trará maior economia de escala, poder de negociação e celeridade às entidades envolvidas, observados os princípios da legalidade (observâncias das regras impostas pelo Regulamento de Licitação e Contratos das entidades), da competitividade e o da isonomia.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

3.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o descritivo exposto no item 12 do presente Termo de Referência.

3.2. A proposta de preço deverá conter:

3.2.1. Validade mínima de 90 (noventa) dias;

3.2.2. Indicação da razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail;

3.2.3. Indicação dos preços unitários e totais do Item/Lote;

3.2.4. Indicação do valor total da Proposta;

3.2.5. Data e assinatura do responsável.

3.3. Na proposta de preço apresentada deverão estar embutidos todos os custos administrativos, impostos e demais despesas diretas e indiretas resultantes da execução do objeto, inclusive quanto à incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, tributária, fiscal e previdenciária; custos referentes à implantação, tais como: alocação de profissionais, demais custos concernentes à mão de obra, seguro, alimentação e hospedagem, se for o caso. Na proposta deverá ser abarcado o valor referente à produção dos itens licitados, contemplando o valor unitário e total.

4. AMOSTRAS.

4.1 A empresa melhor classificada, na fase de lances, deverá enviar amostra (s) de produtos similares ao licitado, conforme especificações constantes nesse Termo de Referência, produzidos anteriormente, para avaliação da qualidade e/ou no caso de informações adicionais e quaisquer outros elementos elucidativos, referentes aos produtos cotados.

4.2 A análise da amostra objetiva a verificação da conformidade de acordo com as especificações técnicas e físicas exigidas, quais sejam: que serão o tipo do papel, acabamento e a cor na impressão.

4.3 A amostra solicitada deverá ser entregue no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da solicitação pela Comissão de Licitação, no local designado pela Instituição, nela contida a identificação da empresa, do lote e da licitação a que se refere.

4.4 Será considerada aprovada a amostra que atender aos critérios técnicos especificados no descritivo deste instrumento.

4.5 Será desclassificada a proposta que tiver amostra reprovada pela área técnica, mediante parecer justificativo. Igualmente, será desclassificada a proposta que não entregar a amostra no prazo estabelecido.

4.6 Caso a amostra da licitante mais bem classificada não seja aprovada, serão convocadas, por ordem de classificação, as demais participantes do processo licitatório.

4.7 As amostras serão devolvidas às licitantes somente após a homologação do resultado da licitação, e deverão ser retiradas no prazo de 10 (dez) dias úteis. As amostras não retiradas dentro deste prazo serão consideradas abandonadas, cabendo a Comissão de Licitação dar-lhes a destinação adequada.

4.8 O ato de apresentação e retirada das amostras solicitadas não implicará em ônus para as Entidades, cabendo exclusivamente à licitante arcar com os custos pelo envio e devolução das mesmas.

4.9 As amostras dos produtos colocados à disposição das Entidades serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas e/ou utilizadas, bem como submetidas aos testes necessários

pela equipe técnica responsável pela análise, e não poderão ser consideradas como parte integrante de futuras entregas solicitadas.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega do objeto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do envio do Pedido de Compra e disponibilização do arquivo final para produção, devendo ser entregues no seguinte endereço: Rua São Tomé, nº 444, Cidade Alta, Natal/RN. O endereço de entrega poderá ser alterado no decurso da Ata de Registro de Preços, de acordo com a necessidade das Entidades, em local a ser definido no Município de Natal/RN.

5.2. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo de Referência, responsabilizando-se por todos e quaisquer eventos porventura ocorridos no local de entrega.

5.3. A desobediência a qualquer dos prazos estabelecidos neste instrumento acarretará à Contratada a aplicação das sanções contratualmente previstas.

5.4. Não serão aceitos produtos que apresentem sinais de violação.

5.5. O material será recebido provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, após verificação dos quantitativos, identificação e demais requisitos pertinentes, respeitado o prazo de entrega previsto neste termo.

5.6. O recebimento definitivo dos itens será feito após a verificação da inteira conformidade com as especificações descritas neste termo, no prazo máximo de 04 (quatro) dias corridos após o recebimento provisório.

5.7. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias.

6. SUBCONTRATAÇÃO.

6.1. É vedada a subcontratação do objeto desta Licitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. Apresentar uma prova gráfica, de cor e material, referente ao item licitado, para aprovação antes da produção final.

7.2. Produzir o item licitado, no prazo máximo estabelecido neste termo, contado a partir da data da emissão do Pedido de Compra.

7.3. Substituir os itens/produtos com defeito de fabricação ou vícios, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da comunicação formal dos Contratantes à Contratada.

- 7.4. Responsabilizar-se pela supervisão de todo o trabalho de entrega, assim como pelos danos, indenizações e custos com eventuais prejuízos e/ou acidentes causados aos Contratantes e/ou a terceiros, mesmo que imprevistos e involuntários, isentando desde já a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e o SENAC-AR/RN de todas e quaisquer reclamações que possam surgir.
- 7.5. Cumprir com as garantias estabelecidas neste instrumento.
- 7.6. Entregar os produtos mediante nota fiscal e descrição correta dos itens.
- 7.7. Pagar à FECOMÉRCIO/RN, ao SESC-AR/RN e ao SENAC-AR/RN toda e qualquer multa oriunda de penalidades legalmente aplicadas, conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços.
- 7.8. Responder pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo fornecimento ou eventuais atrasos.
- 7.9. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelos Contratantes, atendendo prontamente a todas as reclamações.
- 7.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto ora contratado, sem prévia e expressa anuência dos Contratantes.

8. OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES.

- 8.1. Fornecer as artes digitais necessárias à elaboração de todos os itens/produtos licitados.
- 8.2. Receber o material conforme descrito no Pedido de Compra.
- 8.3. Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela Contratada, devidamente identificado, ao local de entrega e instalação do material, tomando todas as providências necessárias.
- 8.4. Prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.
- 8.5. Atestar o fornecimento do material, rejeitando o que não estiver de acordo com as especificações previamente estabelecidas por meio de notificação à Contratada, a qual poderá ser enviada por e-mail.
- 8.6. Efetuar os pagamentos à Contratada conforme previsto no Pedido de Compra, após o cumprimento das obrigações pactuadas.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

- 9.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal dos serviços, com discriminação dos valores e dos itens objeto da aquisição, bem como dos dados bancários completos para crédito em conta corrente ou boleto bancário.

9.2. Nos casos em que a nota fiscal não estiver acompanhada do boleto ou dados para depósito, o prazo de pagamento somente começará a contar após a efetiva apresentação dos dados e/ou documentos que possibilitem o devido pagamento.

10. VIGÊNCIA.

10.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses da data da sua assinatura.

11. CONFIDENCIALIDADE.

11.1. Qualquer informação ou material que a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e/ou o SENAC-AR/RN coloquem à disposição ou entregue à Contratada para possibilitar a execução do serviço contratado, terá caráter confidencial e deverá ser tratado como tal pela Contratada, seus representantes e funcionários, sendo vedada a revelação dos mesmos a terceiros, comprometendo-se a Contratada a adotar todos os dispositivos e medidas que forem necessárias para o estrito cumprimento da lei vigente em matéria de propriedade industrial, intelectual e proteção de dados de caráter pessoal (privacidade).

11.2. A Contratada se obriga a destruir toda a informação e dados que forem manejados na execução dos serviços, mediante requerimento por escrito da FECOMÉRCIO/RN, do SESC-AR/RN e/ou do SENAC-AR/RN, reservando-se a este(s) o direito de verificar a total destruição dos mesmos.

11.3. O compromisso de confidencialidade e as obrigações reconhecidas neste pacto, subsistirão após o término da vigência da Ata de Registro de Preços, por mais 5 (cinco) anos, tendo em vista que decorrem de expressa disposição legal.

11.4. A utilização dos dados de caráter pessoal, provenientes da FECOMÉRCIO/RN, do SESC-AR/RN e/ou do SENAC-AR/RN, para qualquer uso por parte da Contratada ou terceiros que tenham entrado em contato com tais informações por intermédio da Contratada, durante a execução da Ata de Registro de Preços e mesmo depois de seu término, se não for autorizada expressamente e por escrito pelas Entidades, é taxativamente proibida e, em caso de revelação e/ou utilização da mesma, a Contratada responderá pelos danos e prejuízos ocasionados, resguardando as Entidades de possíveis ações judiciais e legais que vierem a surgir.

11.5. A Contratada poderá ser responsabilizada quando divulgar, a terceiros, informações que não tenham sido liberadas expressamente pela FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN para tal fim ou disponibilizadas publicamente.

12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

12.1. A responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto deste instrumento será exercida por Luana Batista da Silva Santos (Matrícula Senac nº 2586), Coordenadora de Área da Comunicação do SENAC-AR/RN, Lidiane Patrícia Bezerra da Silva, Coordenadora de Comunicação e Marketing do SESC-AR/RN e Luciano Kleiber de Carvalho Mousinho, Assessor de Comunicação e Marketing da FECOMÉRCIO/RN.

12.2. A fiscalização se responsabiliza em verificar a conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas neste termo, bem como recusar os itens que estejam em desacordo.

12.3. O Fiscal é responsável por exigir da Contratada o cumprimento das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preços e seus anexos, registrando todas as ocorrências relacionadas e encaminhando ao setor competente para providências.

13. GARANTIA.

13.1. Cumprir com as garantias legais conforme o Código de Defesa do Consumidor.

13.2. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do produto se, porventura, for produzido com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações descritas neste Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da comunicação formal pela Fecomércio/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN.

14. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

14.1. A licitante deverá apresentar, como condição de habilitação, os documentos relacionados abaixo:

14.1.1 No mínimo, 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando o fornecimento satisfatório de material similar e compatível com o objeto proposto neste termo.

14.1.1.1 O Atestado deverá ser elaborado em papel timbrado da empresa emitente, informar a data de execução, natureza, além de telefone, endereço, e-mail, nome e cargo do responsável pela emissão do documento.

14.1.1.2 Não serão considerados atestados fornecidos por empresas do mesmo grupo econômico da licitante.

15. DESCRITIVO DOS ITENS E PREÇOS MÁXIMOS DE REFERÊNCIA.

15.1. As quantidades e especificações dos itens a serem adquiridos encontram-se abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA ESTIMADA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA DA ATA	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO POR PEDIDO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA ATA
<p>Capa: Formato: 42,6cm de largura x 26cm de altura (já inclusa a lombada); Cor: 4 x 4 cores; Papel: Couchê Fosco 300g; Tinta Escala Com saída em CTP.</p> <p>Miolo: Quantidade de páginas: 60 páginas; Formato: 21 de largura x 26cm de altura; Cor: 4 x 4 cores; Papel: Couchê Fosco 150g; Tinta Escala com saída em CTP.</p>	4.000 unidades	24.000 unidades	R\$ 6,44	R\$ 25.760,	R\$ 154.560,

Acabamentos: Refile; Dobradeira automática (Miolo); Intercalado; Empacotar; Verniz UV Localizado = 1 Lado (Capa); COLA BINDER; Shrink individual para cada revista.					
--	--	--	--	--	--

Luciano Kleiber de Carvalho Mousinho

Assessor de Comunicação e Marketing da FECOMÉRCIO/RN.

Lidiane Patricia Bezerra da Silva

Coordenadora de Comunicação e Marketing do SESC-AR/RN

Luana Batista da Silva Santos

Coordenadora da Área de Comunicação do SENAC-AR/RN

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

À Comissão de Licitação da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN

Endereço: Rua São Tomé, 444, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-030.

Razão Social:
CNPJ/MF:
Endereço:

Prezados (as) Senhores (as)

Apresentamos nossa proposta para o Pregão em referência, que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão de revistas com ações institucionais FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN, conforme especificações constantes no Edital de Licitação Compartilhada nº 001/2019.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA ESTIMADA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA DA ATA	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÍNIMO POR PEDIDO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA ATA
<p>Capa: Formato: 42,6cm de largura x 26cm de altura (já inclusa a lombada); Cor: 4 x 4 cores; Papel: Couchê Fosco 300g; Tinta Escala Com saída em CTP.</p> <p>Miolo: Quantidade de páginas: 60 páginas; Formato: 21 de largura x 26cm de altura; Cor: 4 x 4 cores; Papel: Couchê Fosco 150g; Tinta Escala com saída em CTP.</p> <p>Acabamentos: Refile; Dobradeira automática (Miolo); Intercalado; Empacotar; Verniz UV Localizado = 1 Lado (Capa); COLA BINDER; Shrink individual para cada revista.</p>	4.000 unidades	24.000 unidades			

O valor total de nossa proposta é de R\$ (valor por extenso), sendo a forma de pagamento de acordo com o Edital de Licitação Compartilhada, Pregão Presencial nº 001/2019 e seus anexos.

Nos preços apresentados estão inclusos todos e quaisquer custos – diretos e indiretos – e encargos decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive referentes a alocação de profissionais, mão de obra, seguro, alimentação, frete e hospedagem, se for o caso. **Os quantitativos especificados são mera estimativa, objetivando possibilitar a Licitante a oferta da sua proposta, não cabendo às Entidades a contratação em sua totalidade nem cabendo a licitante pleitear indenização a qualquer título que seja.**

Nossa proposta tem validade mínima de **90 (noventa) dias corridos**. Caso este prazo se encerre sem que a licitação tenha sido homologada e adjudicada, o mesmo ficará automaticamente prorrogado, exceto se houver manifestação contrária formal da nossa parte, por meio do e-mail: cpl@rn.senac.br, dirigida à Comissão de Licitação, caracterizando nosso declínio em continuar na licitação.

Telefone:	E-mail:
Pessoa para Contato:	
Banco e Conta Corrente:	

Local/UF, ____ de _____ de 2019.

Nome e assinatura do responsável pela empresa

OBSERVAÇÕES:

- Informar, preferencialmente, caso sagre-se vencedora, quem será o responsável para assinar a respectiva Ata, sendo que se não for um dos sócios que integram a empresa licitante, conforme relacionados no Contrato Social, e sim o detentor de procuração, tal procuração, para ser aceita pelo Senac/RN, deverá constar expressamente a outorga de poderes para assinar a Ata. Indicar o Banco (preferencialmente Banco do Brasil), agência e conta para depósito dos valores contratados.
- Elaborar e apresentar na proposta todas as condições solicitadas no Edital, mesmo as que, porventura, não figurem neste modelo de proposta, mas que a licitante deve, segundo o Edital, informar.
- Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa e estar devidamente assinado por seu representante legal.

**ANEXO III
MODELO DE CREDENCIAMENTO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**

CREDENCIAMENTO

Em atendimento ao disposto no Edital de Licitação Compartilhada, Pregão Presencial nº 001/2019, credenciamos o Sr., portador da Cédula de Identidade nº e CPF/MF sob o nº, para que represente nossa empresa nesta licitação, com poderes plenos para prestar esclarecimentos, interpor recursos ou renunciar ao direito de interpô-los, *(se o outorgado puder assinar o contrato ou ata de registro de preços, se vencedora, favor determinar tal poder neste documento)* e praticar tudo mais que seja necessário à participação de nossa empresa na licitação.

Local/UF, ____ de _____ de 2019.

Nome e assinatura do responsável pela empresa

OBSERVAÇÃO:

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.

ANEXO IV
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

A **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, instituição de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.417.107/0001-41, localizada na Av. Almirante Alexandrino de Alencar, nº 562, Alecrim, Natal/RN, CEP 59031-350, neste ato representada por seu Presidente, Marcelo Fernandes de Queiroz, brasileiro, casado, Empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 322.551.444-68, residente e domiciliado na cidade de Natal/RN, a seguir denominada – **FECOMÉRCIO/RN**; o **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE**, instituição de direito privado sem fins lucrativos, instituído pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.591.097/0001-42, sediado na Rua Coronel Bezerra, 33 Cidade Alta, Natal/RN CEP 59025-070, neste ato representado por seu Diretor Regional, Fernando Virgílio de Macedo Silva, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 736.816.364-00, residente e domiciliado em Natal/RN; e o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**, instituição de direito privado sem fins lucrativos, instituído pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.469.172/0001-68, sediado na Rua São Tomé, nº 444, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-030, neste ato representado pelo seu Diretor Regional, Raniery Christiano de Queiroz Pimenta, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.058.504-30, residente e domiciliado em Natal/RN; doravante denominados **CONTRATANTES**, e, do outro lado, a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, neste ato representada por _____, Sr. (a) _____, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado (a) em _____, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, nos termos que dispõe a legislação aplicável à espécie e consoante às cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO.

1.1 Registro de preços de serviços gráficos para impressão de revistas com ações institucionais da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN, com adesão ao menor preço, com entregas parceladas se e quando necessitar, dentro dos limites previstos no Edital de Licitação Compartilhada, Pregão Presencial nº 001/2019, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA ESTIMADA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA DA ATA	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÍNIMO POR PEDIDO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA ATA
Capa: Formato: 42,6cm de largura x 26cm de altura (já inclusa a lombada); Cor: 4 x 4 cores; Papel: Couchê Fosco 300g; Tinta Escala Com saída em CTP. Miolo: Quantidade de páginas: 60	4.000 unidades	24.000 unidades			

<p>páginas; Formato: 21 de largura x 26cm de altura; Cor: 4 x 4 cores; Papel: Couchê Fosco 150g; Tinta Escala com saída em CTP.</p> <p>Acabamentos: Refile; Dobradeira automática (Miolo); Intercalado; Empacotar; Verniz UV Localizado = 1 Lado (Capa); COLA BINDER; Shrink individual para cada revista.</p>					
---	--	--	--	--	--

2. DO VALOR.

2.1 O valor máximo total da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ ----- (valor por extenso), considerando os preços unitários descritos no subitem 1.1 deste instrumento.

2.2 O preço estabelecido na presente Ata não será reajustado.

3. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1 O prazo de entrega do objeto será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data do envio do Pedido de Compra e disponibilização do arquivo final para produção, devendo ser entregues no seguinte endereço: Rua São Tomé, nº 444, Cidade Alta, Natal/RN, ficando a empresa registrada na obrigação de entregar os materiais em sua totalidade. O endereço de entrega poderá ser alterado no decurso da Ata de Registro de Preços, de acordo com a necessidade das Entidades, em local a ser definido no Município de Natal/RN.

3.2 A Contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste instrumento, responsabilizando-se por todos e quaisquer eventos porventura ocorridos no local de entrega.

3.3 A desobediência a qualquer dos prazos estabelecidos neste instrumento acarretará à Contratada a aplicação das sanções contratualmente previstas.

3.4 Não serão aceitos produtos que apresentem sinais de violação.

3.5 O material será recebido provisoriamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após verificação dos quantitativos, identificação e demais requisitos pertinentes, respeitado o prazo de entrega previsto neste termo.

3.6 Os produtos deverão ser entregues embalados individualmente e separadamente em sacos plásticos transparentes, embalados e acondicionados em caixas, com as descrições dos produtos e quaisquer outras que se fizerem necessárias.

3.7 O recebimento definitivo dos itens será feito após a verificação da inteira conformidade com as especificações descritas neste termo, no prazo máximo de 04 (quatro) dias corridos após o recebimento provisório.

3.8 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 Apresentar uma prova gráfica, de cor e material, referente ao item licitado, para aprovação antes da produção final.

4.2 Produzir o item licitado, no prazo máximo estabelecido neste termo, contado a partir da data da emissão do Pedido de Compra.

4.3 Substituir os itens/produtos com defeito de fabricação ou vícios, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da comunicação formal dos Contratantes à Contratada.

4.4 Responsabilizar-se pela supervisão de todo o trabalho de entrega, assim como pelos danos, indenizações e custos com eventuais prejuízos e/ou acidentes causados aos Contratantes e/ou a terceiros, mesmo que imprevistos e involuntários, isentando desde já a FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E O SENAC-AR/RN de todas e quaisquer reclamações que possam surgir.

4.5 Cumprir com as garantias estabelecidas neste instrumento.

4.6 Entregar os produtos mediante nota fiscal e descrição correta dos itens.

4.7 Pagar à FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E O SENAC-AR/RN toda e qualquer multa oriunda de penalidades legalmente aplicadas, conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços.

4.8 Responder pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo fornecimento ou eventuais atrasos.

4.9 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelos Contratantes, atendendo prontamente a todas as reclamações.

4.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto ora contratado, sem prévia e expressa anuência dos Contratantes.

5. DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES.

5.1 Fornecer as artes digitais necessárias à elaboração de todos os itens/produtos licitados.

5.2 Receber o material conforme descrito no Pedido de Compra.

5.3 Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela Contratada, devidamente identificado, ao local de entrega e instalação do material, tomando todas as providências necessárias.

5.4 Prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

5.5 Atestar o fornecimento do material, rejeitando o que não estiver de acordo com as especificações previamente estabelecidas por meio de notificação à Contratada, a qual poderá ser enviada por e-mail.

5.6 Efetuar os pagamentos à Contratada conforme previsto no Pedido de Compra, após o cumprimento das obrigações pactuadas.

6. DO PAGAMENTO.

6.1 A cada fornecimento de material, o pagamento será realizado pelo SENAC-AR/RN por meio de depósito na conta corrente do fornecedor ou boleto bancário, em até 15 (quinze) dias corridos após a execução e aceite definitivo do fornecimento, mediante a apresentação de documento fiscal, sendo vedada à negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras.

6.2 Nos casos em que a nota fiscal não estiver acompanhada do boleto ou dados para depósito, o prazo de pagamento somente começará a contar após a efetiva apresentação dos dados e/ou documentos que possibilitem o devido pagamento.

6.3 O pagamento fica condicionado à comprovação, por parte da empresa registrada, da manutenção das condições mínimas de habilitação, principalmente, quanto à regularidade fiscal relativas ao FGTS e as Fazendas Municipal, Estadual e Federal e de Débitos Trabalhistas.

6.4 Tal exigência mínima não exime a responsabilidade da empresa registrada em manter em dia toda sua documentação de habilitação, podendo, inclusive, a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e o SENAC-AR/RN, a qualquer momento, solicitar por escrito informações adicionais sobre a documentação de habilitação.

6.5 O não atendimento da solicitação referida no parágrafo anterior, no prazo a ser estabelecido pelas Entidades poderá implicar no inadimplemento das obrigações ora assumidas, ocasionando a execução das penalidades previstas nesta Ata de Registro, combinadas ou não com as demais sanções administrativas, cíveis e criminais.

6.6 Todos os impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais ou parafiscais, bem como todos os insumos necessários à fiel execução do objeto desta Ata, serão de única e exclusiva responsabilidade da empresa registrada, também consideradas aquelas relativas ao pessoal utilizado direta e indiretamente na execução do objeto, inclusive e não limitadas a salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

6.7 No período de vigência da Ata deverá a empresa registrada, manter durante todo o ajuste, as condições de habilitações exigidas e demonstradas por ocasião da habilitação de modo a afastar qualquer tipo de responsabilidade solidária à FECOMÉRCIO/RN, ao SESC-AR/RN e ao SENAC-AR/RN.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO.

7.1 O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado quando:

7.1.1 A Empresa Registrada descumprir as obrigações assumidas no Edital e nesta Ata;

7.1.2 Não aceitar reduzir o preço registrado, quando tornar superior ao praticado pelo mercado;

7.1.3 Justificadamente, não for mais do interesse da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN;

7.1.4 Inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas, o qual dará à FECOMÉRCIO/RN, ao SESC-AR/RN e ao SENAC-AR/RN o direito de rescindir unilateralmente a Ata;

7.1.5 Ocorrer o termo de vigência ou a contratação do montante registrado.

8. DA VIGÊNCIA.

8.1 O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

8.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e o SENAC-AR/RN não estão obrigados a efetivar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de contratações específicas com terceiros para o fornecimento dos produtos, sempre que se mostre mais vantajoso para as Entidades esse procedimento, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8.3 Sempre que necessário a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e o SENAC-AR/RN realizarão pesquisa de mercado para verificar se os preços se mantêm vantajosos.

8.4 O Registro de Preço perderá sua eficácia quando atingido o termo de sua vigência ou quando exaurir o montante registrado ou não for mais vantajosa a sua aquisição.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1 O descumprimento das obrigações oriundas da contratação do objeto deste certame sujeitará a Contratada às seguintes sanções administrativas, respeitados o contraditório a ampla defesa, conforme abaixo:

9.1.1 Advertência, por escrito, pelo descumprimento de quaisquer obrigações contratuais consideradas como faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da licitação;

9.1.2 Multas, que poderão ser depositadas em favor dos Contratantes, seguindo-se as orientações constantes no ato de intimação ou retidas dos créditos devidos à Contratada:

a) De 0,1% (um décimo por cento) até o limite de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ata, por dia de atraso na entrega dos itens, salvo se solicitada e aceita a prorrogação do prazo em tempo hábil à Administração;

b) De 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da Ata, por infração a qualquer cláusula ou condição não especificada neste instrumento, e aplicada em dobro na reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis;

c) De 1% (um por cento) sobre o valor da Ata, por recusa injustificada em corrigir ou substituir qualquer fornecimento rejeitado, independentemente das demais sanções cabíveis;

d) De 0,6% (seis décimos por cento) sobre o valor da Ata, pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no caso de não regularização no prazo estipulado na notificação;

e) De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, garantida a prévia defesa, independentemente das demais sanções cabíveis;

f) De 0,2% (dois décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da Ata, conforme detalhamento constante no subitem 8.4.

9.1.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.1.4 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da intimação do ato.

9.2 A apresentação de defesa dentro do prazo estipulado terá efeito suspensivo quanto ao pagamento das sanções de multa, que só será realizado após a análise da mesma.

9.3 A critério dos Contratantes, as sanções dos subitens 8.1.1 e 8.1.3 poderão ser cumuladas com a pena indicada no subitem 8.1.2.

9.4 Para efeito da aplicação das multas descritas na alínea "f" do subitem 8.1.2, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas I e II;

Tabela I

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por ocorrência sobre o valor da Ata
2	0,3% por ocorrência sobre o valor da Ata
3	0,4% por ocorrência sobre o valor da Ata
4	0,5% por ocorrência sobre o valor da Ata

Tabela II

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais (por ocorrência).	4
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.	3
3	Manter funcionário sem habilitação ou qualificação necessária para executar os serviços contratados.	3
4	Recusar-se a executar o fornecimento determinado pela fiscalização, sem motivo	2

	justo.	
--	--------	--

Para os itens a seguir: deixar de:

5	Apresentar documento exigido ou exigível dentro do prazo estipulado (por documento).	1
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	1
8	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da Ata.	3
9	Fornecer os itens nas quantidades solicitadas e dentro do prazo de entrega estipulado.	3

9.4.1 Poderão ser retidas dos pagamentos devidos à Contratada as importâncias devidas aos Contratantes concernentes à aplicação das penalidades de multa, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.4.2 Após assinada a Ata, a sua inexecução total ou parcial, provocada pela licitante Contratada, dará ao SENAC/RN o direito de rescindi-la unilateralmente, acarretando nas consequências dispostas no referido Instrumento.

9.4.3 Rescindida a Ata por culpa da Contratada, o Senac/RN poderá convocar as demais Licitantes respeitando a ordem de classificação das propostas para executar os serviços objeto da licitação, nas mesmas condições oferecidas pela vencedora, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

9.4.4 A aplicação das penalidades previstas neste Instrumento é de competência da Direção Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SENAC-AR/RN.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Senac/RN a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada no instrumento.

10.2 O registro de preço não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

10.3 A empresa registrada que consignou o menor preço se compromete a fornecer os produtos na medida das necessidades que lhe forem apresentadas.

10.4 Qualquer aditivo de renúncia ou alteração das disposições contidas nesta Ata far-se-á em consonância com o instrumento convocatório.

10.5 Esta Ata de Registro de Preço fica vinculada ao Edital e anexos do Pregão Presencial Compartilhado nº 001/2019 FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN.

10.6 As condições de prestação de serviço, fornecimento do objeto e obrigações, encontram-se previstas no Termo de Referência, sendo esse, com todas as duas disposições, parte integrante desta Ata.

10.7 Qualquer informação ou material que a FECOMÉRCIO/RN, o SESC-AR/RN e/ou o SENAC-AR/RN coloquem à disposição ou entregue à Contratada para possibilitar a execução do serviço contratado, terá caráter confidencial e deverá ser tratado como tal pela Contratada, seus representantes e funcionários, sendo vedada a revelação dos mesmos a terceiros, comprometendo-se a Contratada a adotar todos os dispositivos e medidas que forem necessárias para o estrito cumprimento da lei vigente em matéria de propriedade industrial, intelectual e proteção de dados de caráter pessoal (privacidade).

10.8 A Contratada se obriga a destruir toda a informação e dados que forem manejados na execução dos serviços, mediante requerimento por escrito da FECOMÉRCIO/RN, do SESC-AR/RN e/ou do SENAC-AR/RN, reservando-se a este(s) o direito de verificar a total destruição dos mesmos.

10.9 O compromisso de confidencialidade e as obrigações reconhecidas neste pacto, subsistirão após o término da vigência da Ata de Registro de Preços, por mais 5 (cinco) anos, tendo em vista que decorrem de expressa disposição legal.

10.10 A utilização dos dados de caráter pessoal, provenientes da FECOMÉRCIO/RN, do SESC-AR/RN e/ou do SENAC-AR/RN, para qualquer uso por parte da Contratada ou terceiros que tenham entrado em contato com tais informações por intermédio da Contratada, durante a execução da Ata de Registro de Preços e mesmo depois de seu término, se não for autorizada expressamente e por escrito pelas Entidades, é taxativamente proibida e, em caso de revelação e/ou utilização da mesma, a Contratada responderá pelos danos e prejuízos ocasionados, resguardando as Entidades de possíveis ações judiciais e legais que vierem a surgir.

10.11 A Contratada poderá ser responsabilizada quando divulgar, a terceiros, informações que não tenham sido liberadas expressamente pela FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN para tal fim ou disponibilizadas publicamente.

11. FORO.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem ajustadas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para um só efeito legal.

Natal/RN, ____ de _____ de 2019.

MARCELO FERNANDES DE QUEIROZ
Presidente da FECOMÉRCIO/RN

RANIERY CHRISTIANO DE QUEIROZ PIMENTA

Diretor Regional
SENAC-AR/RN

FERNANDO VIRGÍLIO DE MACEDO SILVA

Diretor Regional
SESC-AR/RN

EMPRESA CONTRATADA

CNPJ/MF SOB O N°
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1 _____

NOME:

CPF:

2 _____

NOME:

CPF:

**ANEXO V
MODELOS DE OUTROS DOCUMENTOS**

DOCUMENTO 1

**EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88.

DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a empresa _____, interessada em participar no processo licitatório em referência, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços gráficos à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado do Rio Grande do Norte – FECOMÉRCIO/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.417.107/0001-41, o Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SESC-AR/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.591.097/0001-42, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SENAC-AR/RN, inscrito no CNPJ/MF 03.640.285/0001-13, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2019.

Nome do Representante da Empresa

ATENÇÃO: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa e estar devidamente assinado por seu representante legal.

DOCUMENTO 2

**EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À Comissão de Licitação da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN

Endereço: Rua São Tomé, 444, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-030.

Prezados Senhores,

O signatário da presente, em nome do Proponente, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão em epígrafe, dos modelos, adendos, anexos e demais documentos da licitação, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Licitador quanto à habilitação e classificação apenas dos Proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas nos documentos de licitação e demonstrem integral possibilidade de executar as obras objeto da licitação.

Declara, ainda, para todos os fins de direito:

- 1) A inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação ou que comprometam a idoneidade do Proponente e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2) Que inexistente qualquer fato impeditivo a sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea por alguma das esferas da Administração Pública Direta ou Indireta ou por qualquer dos integrantes do Sistema S (Sesc, Sesi, Senai, Senac, Sebrae, etc.), ou suspensão de licitar e/ou contratar com o Senac;
- 3) Que não adulterarão nem ocultarão nenhum fato substancial durante a licitação ou cumprimento do objeto contratado;
- 4) Que reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para imposição pelos Contratantes de quaisquer medidas individuais ou conjuntas descritas neste Edital.

Local/UF, de de 2019.

Carimbo, nome, RG e assinatura do responsável do Proponente

DOCUMENTO 3

**EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**

MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA
(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na --- (endereço completo) ---, inscrita no CNPJ sob o nº ---, neste ato representada pelo seu (representante/autor/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE– Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

_____, _____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável Procurador
Nº do CPF

DOCUMENTO 4**EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019****MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida no endereço _____, fornece (ou forneceu) material similar e compatível ao objeto deste Edital de Licitação, Pregão Presencial Compartilhado nº 001/2019, no período de _____.

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

_____, _____ de _____ de 2019.

Cargo do Atestante
Nome do Responsável da empresa atestante

Pessoa para Contato:
Cargo:
Telefone:
E-mail:

ATENÇÃO: Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissora.

DOCUMENTO 5

EDITAL DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN E SENAC-AR/RN PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

À Comissão de Licitação da FECOMÉRCIO/RN, SESC-AR/RN e SENAC-AR/RN

Endereço: Rua São Tomé, 444, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-030.

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na --- (endereço completo) ---, inscrita no CNPJ sob o nº ---, neste ato representada pelo seu (representante/autor/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que:

(X) atende a legislação ambiental - em face da política governamental do desenvolvimento nacional sustentável - naquilo que aplicável a prestação dos serviços contratados por via deste certame licitatório, bem como atenderá as políticas de desenvolvimento sustentável de acordo com a legislação específica que vier a ser estabelecida pelo Governo Federal;

(X) promoverá em suas dependências, de acordo com a natureza dos serviços internos, a aplicação da Instrução Normativa nº 01/2010 (práticas de sustentabilidade ambiental), no tocante, em especial, ao disposto no Art. 6º desta referida instrução;

(X) atenderá, sem reservas, os seguintes princípios relativos ao direito ambiental: *Princípio do Desenvolvimento Sustentável* (art. 170, VI cc. art 225, V, da CF e arts. 4º e 5º da Lei 6.938/81), *Princípio do Poluidor Pagador* (art. 225, § 3º da CF e arts. 4º, VII e 14, § 1º da Lei 6.938/81) e *Princípio da Prevenção/Precaução* (art. 225, IV, e art. 9º, I, III, V da Lei 6.938/81).

Por ser verdadeiro assina a presente.

_____, _____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável Procurador
Nº do CPF